

4

A bioregião MAP: ambientalismo, influência dos EUA e contradições no processo de resistência aos projetos da IIRSA na Amazônia Andina

4.1

Contextualização histórica e geográfica

Para aprofundar a investigação em torno dos impactos sociais e dos processos regionais de resistências a implementação dos GPIs da IIRSA, cabe retomar a reflexão desenvolvida inicialmente no marco teórico com base em Harvey, para quem a expansão territorial do capitalismo busca se realizar em espaços em que os limites colocados a acumulação são poucos e o potencial de resistências tendem a ser mais fracos.

O espaço amazônico é representativo dessa compreensão, ao permitir que amplas parcelas dos territórios sejam convertidas diretamente em valor de troca por meio dos processos de acumulação por espoliação. Essa mercantilização vai desde a ocupação e incorporação de terras a produção agrícola e a especulação fundiária, passa por formas de extrativismo mineral, hidrocarburífero e pelo represamento das forças dos rios para a produção de energia, até formas mais contemporâneas de apropriação da biodiversidade única de suas florestas.

Em um sentido histórico, Becker demarca os diferentes processos de ocupação que acompanham a formação do espaço amazônico, em que se destacam inicialmente os surtos extrativistas, tanto das “drogas do sertão” no período colonial, quanto da borracha no final do século XIX e as estratégias geopolíticas, inicialmente do governo português e depois do brasileiro, no sentido de intervir em lugares estratégicos para garantir a posse de grandes extensões de terra a partir do princípio jurídico do *uti possidetis*¹⁰⁰. Na segunda metade do século XX a autora destaca o binômio segurança e desenvolvimento que permeia os projetos estatais dos governos militares brasileiros, que buscaram “integrar para não

⁹⁹BAUMAN, Zygmund “ A sociedade individualizada- Vidas contadas e histórias vividas.” p. 56.

¹⁰⁰BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio, Rio de Janeiro:Garamond, 2004, p.23-29.

entregar” a Amazônia por meio de rodovias, incentivos a colonização e constituição de enclaves de extração mineral ou mesmo industriais, como a Zona Franca de Manaus.

Esses projetos foram implementados não sem a resistência, conflitos e demandas por direitos de seus habitantes- indígenas, comunidades, ribeirinhos e migrantes - e parceiros, tais como organizações religiosas e não governamentais – que constituíram o que autora define como uma “fronteira socioambiental”, com mediações cada vez mais internacionais.¹⁰¹

Contudo essa leitura e grande parte das interpretações históricas e geográficas sobre a ocupação da amazônia não captam com a mesma profundidade como esse processo se desenrolou historicamente a partir da perspectiva de outros países, e nesse caso, de dois países andinos, como a Bolívia e o Peru.

Como nos lembra Castro,

“Sabemos que no imaginário mundial é recorrente pensar na Amazônia como sinônimo de Brasil. Essa associação tem origem, entre outros, no fato de que 68% da bacia amazônica e das florestas tropicais se encontram no território brasileiro. **Mas no Peru, dono de 13% da bacia, 74% do território é amazônico. Na Bolívia, conhecida mundo afora pelas belezas andinas, 75% das terras são amazônicas, representando 11,2% da bacia.** Metade do território equatorial é amazônico¹⁰².”

Nesse sentido caberia destacar alguns elementos históricos que distinguem, desde a colonização, a forma como essas regiões vieram a ser incorporados nos espaços nacionais desses países. Para Gadelha, por exemplo,

“O relevo e a hidrografia existentes do lado do território brasileiro contrastam com a verdadeira fronteira representada pelos contrafortes da cordilheira andina, que corta os domínios meridionais da América espanhola. [...] Sem falar na descoberta fundamental da prata de Potosi, que influenciou as decisões políticas imperiais dos monarcas espanhóis, levando-os a impedir qualquer abertura de caminho que pudesse interferir no rígido controle do contrabando e seus possíveis desvios,

¹⁰¹Ibid., idem.

¹⁰²CASTRO, Edna. Integração Sul-America do IIRSA - Visões do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida e Guilherme Carvalho. (Org.). O Plano IIRSA na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. Belém: FASE / COMOVA-UFPA, 2009, v. p. 129.

exercido pela Coroa sobre os caminhos que conduziam a prata americana para a Espanha”¹⁰³

Os espanhóis logo encontram metais e mão de obra; não constituíram nada próximo do que a figura dos “bandeirantes”, como na colonização portuguesa; tiveram desde o princípio que conviver com uma população indígena cuja organização social e urbana era significativa. Com isso a dinamização da circulação com a Amazônia era mais uma ameaça do que uma dádiva para o empreendimento colonial. A ocupação dos territórios amazônicos se deu, como em parte no Brasil, sobretudo por missões jesuíticas e de menor escala, diante dos limites colocados pela fronteira física dos Andes. Ainda de acordo com Gadelha,

“é revelador que desde o século XVII a coroa de Espanha já preferia relegar aos missionários franciscanos e, depois, aos jesuítas e aos seus índios missioneiros, a missão de guardiões das fronteiras e a defesa dos territórios periféricos mais extremos, demonstrando desinteresse pelo destino do vale e suas regiões silvícolas. A verdade é que, se alguma resistência houve da parte de Espanha, coube aos jesuítas e seus neófitos o único empenho pela defesa dessas fronteiras, impedindo a maior penetração dos brasileiros [...] Expulsos os jesuítas no século XVIII, por ordem do mesmo governo de Espanha, progressivamente as autoridades espanholas foram abandonando as áreas amazônicas — o que pôde ser largamente constatado pelos engenheiros brasileiros que no século XIX demarcaram as fronteiras oeste do Brasil. **E quando, afinal, em 1892, o governo boliviano patrocinou uma expedição de redescobrimto às regiões silvícolas dos rios Beni e Inambari, até Madre de Dios, liderada por José Manuel Pando, futuro presidente da Bolívia, constatou que a área já estava ocupada por seringueiros brasileiros e passou a alegar o desconhecimento da importância econômica de um território que, entretanto, fora ocupado por brasileiros e vendido ao Brasil desde 1867**”¹⁰⁴

A narrativa histórico-diplomática brasileira que se vangloria do papel de personagens como o Barão do Rio Branco e de outros heróis na consolidação do território brasileiro pode ser contrastada na história do Peru, e sobretudo da Bolívia pós-colonial, marcada por perdas territoriais e a dificuldade de constituir espaços políticos e econômicos efetivamente nacionais.¹⁰⁵ Esses países, que em seu processo de construção nacional já se viam diante da problemática de incluir socialmente e conferir cidadania as populações originárias habitantes do antiplano

¹⁰³GADELHA, Regina Maria Fonseca. Conquista e Ocupação da Amazônia: A fronteira Norte do Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002. Acessado por <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a05.pdf>

¹⁰⁴Ibid., idem. Grifo meu.

¹⁰⁵REYES, Fernando Siliano “O papel das vias de circulação na coesão territorial do Estado Boliviano: da Audiência de Charcas à Bolívia de 1971”. Dissertação de Mestrado. USP, 2010. Realiza sobre esse tema uma análise extremamente rica Grifo meu

e que representavam a maioria, reproduziam em relação aos povos amazônicos formas de preconceito peculiares.

Alejandro Colas em seu estudo sobre o a espacialidade dos Impérios na história descreve, por exemplo, como no Peru pós-colonial passou-se a naturalizar as diferenças regionais e utilizá-las como critério para a classificação social, como se estas se organizassem em regiões habitadas por populações racialmente homogêneas. Assim, no auge da exploração do guano no litoral peruano e de Lima como pólo comercial no início do século XX, passou-se a dividir o território peruano em três regiões – costa, andes e selva- cada qual correspondendo a uma parte na história do progresso nacional.¹⁰⁶

Os pactos corporativos estatais, tanto na Bolívia com a Revolução Nacional de 1952, quanto no Peru especialmente na ditadura do general Velasco Alvarado 1968-1975, que auferiram alguns direitos e promoveram tímidas reformas agrárias a partir da ideologia de identidade camponesa e mestiça, tão pouco transformaram esse quadro. Como enfatiza Yashar em seu estudo sobre os movimentos sociais indígenas no Equador, Peru e Bolívia,

“the Amazon remained largely uncharted and unincorporated space where indigenous people lived in relatively autonomous circumstances. The state weakly penetrated these areas and the market has been much less developed”¹⁰⁷

No caso específico dos departamentos de Pando na Bolívia e Madre de Dios no Peru cabe destacar algumas particularidades. Ambos se situam em um território que no início do século XX esteve em litígio de fronteiras entre os dois países e com o Brasil. De acordo com Muniz Bandeira, os brasileiros foram os primeiros a ocupar essa região em 1869 e de forma mais significativa a partir de 1877, com a migração especialmente de nordestinos, no sentido de explorar os seringais e extrair a borracha.¹⁰⁸ Os bolivianos lograram também colonizar a região e extrair ganhos significativos com o controle de impostos e vias de exportação que passaram a desagradar os brasileiros.

¹⁰⁶COLAS, Alejandro. *Empire*. Cambridge: Polity Press, 2007, p. 67-70.

¹⁰⁷YASHAR, Deborah J. (2005). *Contesting Citizenship in Latin America: the rise of indigenous movements and the postliberal challenge*. Cambridge: Cambridge University Press. pg. 252

¹⁰⁸BANDEIRA, Muniz Luiz Alberto. O Barão de Rothschild e a questão do Acre *Revista Brasileira de Política Internacional* [2000] Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a07.pdf Acessado em 10/12/2010.

A “questão” ou “Guerra do Acre” envolveu não só esses países, como interesses norte-americanos, do Barão de Rothchild e do Bolivian Syndicate e foi resolvida por um acordo em 1903, o Tratado de Petrópolis, em que a Bolívia cedeu ao Brasil o que é hoje o Estado do Acre, em troca de 2 milhões de libras esterlinas, mais a construção de uma ferrovia a Madeira-Mamoré que permitisse a continuidade da exportação da borracha.¹⁰⁹ Os altos lucros provenientes dessas atividades passam a declinar a partir de 1913 e se tornaram decrescentes com a competição com os seringais que se adaptaram as colônias britânicas na Ásia.

A atividade extrativista, apesar de contínua até a atualidade em menor escala, foi incapaz de sustentar o empreendimento exportador. A ferrovia inaugurada em 1912 foi fechada nos anos sessenta. As eclusas necessárias para a construção da Hidrovia no Rio Madeira que mencionamos anteriormente como parte dos projetos da IIRSA, buscam superar as mesmas cachoeiras que impedem a navegação e motivaram a construção da ferrovia¹¹⁰.

O território consolidado pela Bolívia nessa disputa, até então parte do Território Nacional de Colonias, deu lugar ao departamento de Pando em 1938, uma homenagem ao presidente José Manuel Pando tido como herói no contexto do conflitos com os brasileiros.¹¹¹ Já o Peru tomou posse dos territórios em litígio em 1909 por um tratado com o Brasil e três anos depois criou o Departamento de Madre de Dios, que abrangia os territórios amazônicos dos Departamentos de Puno e Cuzco, esses com forte presença de populações originárias vinculadas as tradições Incas.

Neste sentido, as populações indígenas dos departamentos amazônicos de Pando e Madre de Dios se diferenciam por exemplo do indigenismo andino ressaltado por seu potencial comunitário de mobilização e identidade regionalista por autores como José Carlos Mariátegui, se assemelhando mais aos grupos indígenas que habitam o Brasil, por sua dispersão espacial, baixa densidade populacional e heterogeneidade linguística. Muitas de suas populações indígenas vivem em condição de isolamento voluntário e estima-se nessa região uma parcela significativa de tribos não contatadas. Outros foram dizimados e/ou assimilados

¹⁰⁹Ibid., idem.

¹¹⁰“Complexo do rio Madeira imita construção de ferrovia de 1907” <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Complexo+do+rio+Madeira+imita+construcao+de+ferrovia+de+1907/14050> Acessado em: 10/12/2010.

no contexto de exploração da borracha e de colonização dessas terras por parte de imigrantes vindos sobretudo dos departamentos andinos e no caso da Bolívia, das províncias do Oriente, como Santa Cruz.¹¹² Mariategui chega a afirmar na primeira metade do século XX que dentre as três regiões físicas do Peru, a costa, a serra e

“a selva, sociológica e economicamente, não tem significado. Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado peruano. Mas a costa e a serra, entretanto, são efetivamente as duas regiões nas quais se distingue e se separa, como território, a população.”¹¹³

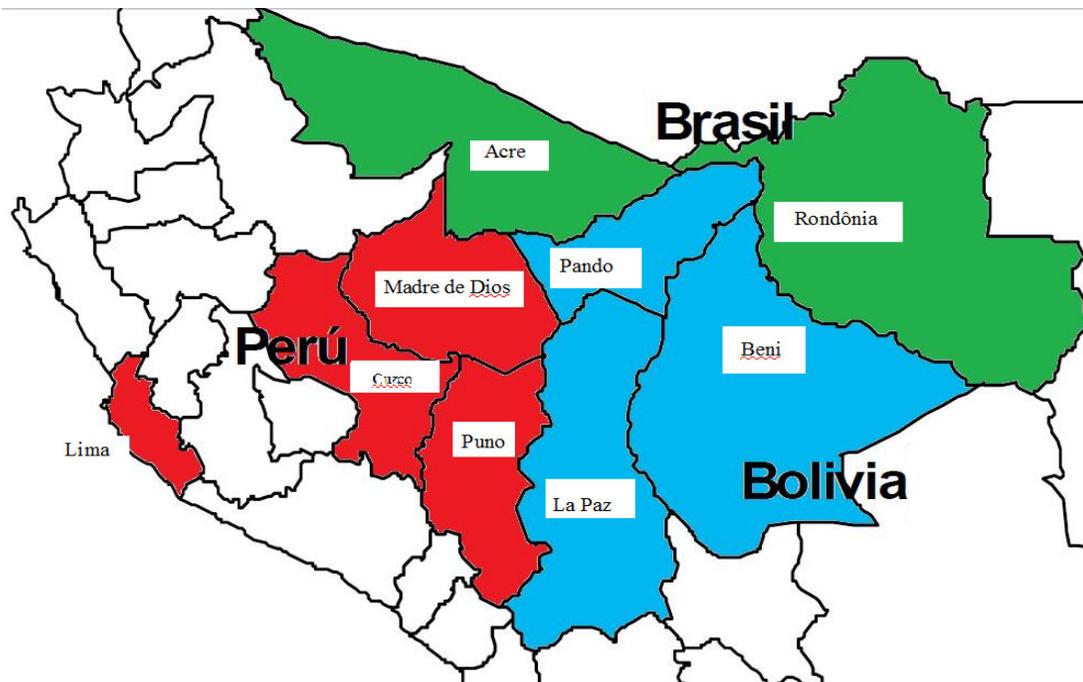
A abertura de estradas de terra e a busca por oportunidades de trabalho impulsionaram a migração ao longo da segunda metade do século XX. A extração de madeira e coleta de castanha compõe as atividades centrais nos dois departamentos. Pando se diferencia por uma maior atividade agrícola-pecuária, logo conflitos de terra são mais latentes. A existência de projetos do governo central da Bolívia a partir do governo de Evo Morales de assentar imigrantes de outros departamentos, tem impulsionado essas disputas, que abordaremos na próxima sessão.

A agricultura e pecuária são mais incipientes no departamento peruano, cuja principal atividade econômica hoje é a mineração de ouro, realizada de forma artesanal ao longo dos rios com uso do mercúrio e de profundos impactos ambientais. Concessões petrolíferas também foram concedidas em Madre de Dios, que se sobrepõem a áreas de preservação ambiental e apesar de ainda não terem entrado em operação dão margem a conflitos sobre o uso do solo.

¹¹¹MESA FIGUEIROA, José de; GISBERT, Teresa; MESA GISBERT, Carlos de. Historia de Bolívia. La Paz: Editorial Gisbert, 2003, p. 595.

¹¹²Mariategui, Jose Carlos Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: editora Ática, 1982

¹¹³Ibid., idem. p.199-200. A única exceção nesse sentido seria a região amazônica do departamento de Loreto, no norte do Peru, que no contexto do início do século XX, do boom da produção da borracha em toda Amazônia, foi a principal beneficiada no Peru. “O debate sobre o regionalismo não pode deixar de considerar Loreto como uma região (...) O regionalismo de Loreto é um regionalismo que afirmou mais de uma vez insurrecionalmente suas reivindicações.” ibid idem pg. 201



Mapa 8- Estados e Departamentos Peru-Brasil-Bolívia¹¹⁴

Mesmo com o incremento das atividades econômicas nos últimos anos, e Madre de Dios é o departamento peruano que mais cresce em termos relativos, é possível caracterizar ambos territórios como de baixíssima ocupação populacional e fragilidade institucional. Dados de 2008 atestam que Madre de Dios têm uma superfície de 85.183 km quadrados e abriga 112.760 habitantes e Pando, com 63.827 km, é ainda menos povoado, com 75.555 habitantes. Em termos comparativos com os estados brasileiros circundantes, Acre e Rondônia, por exemplo, contam com uma população de 680.073 e 1.493.566 habitantes respectivamente.¹¹⁵ As estatísticas relativas a renda, acesso a educação e saúde também se situam aquém das médias nacionais nesses departamentos amazônicos.

Por outro lado, esse isolamento contribuiu para preservação da biodiversidade existente nessa região. Madre de Dios conta com extensas áreas protegidas de conservação e que se encontram ameaçadas pelo aumento da atividade econômica (ver tabela abaixo). Puerto Maldonado, sua capital se advoga o título de “capital da biodiversidade” e busca capitalizar os ganhos com o “turismo ecológico” na região. Como destaca Dourojeanni em relação a estrada interoceânica:

¹¹⁴Elaboração própria a partir de www.iirsa.org

“La región amazónica por la que pasará la carretera es la más natural que queda en la amazonía peruana y ostenta una de las mayores concentraciones de biodiversidad del planeta [...] Por ello, el mejoramiento de esta carretera reviste una importancia única en términos de riesgos para los **esfuerzos mundiales de conservación de la biodiversidad y de respeto por los derechos de las últimas poblaciones humanas que viven sin o con muy poco contacto con la sociedad moderna.**”¹¹⁶

O quadro abaixo explica, por exemplo, como existe uma sobreposição de áreas protegidas nesse departamento e como esses interagem com os fluxos de transportes, mineração e petróleo:

Tabela 5- Parques Nacionais, Reservas Nacionais e Comunais no Estado de Madre de Dios e sobreposição com projetos de infraestrutura¹¹⁷

Cuadro 26. Resumen de los impactos o influencias de obras públicas y explotaciones de hidrocarburos y minería previstas sobre las áreas naturales protegidas por el Estado						
Parques Nacionales	Departamento	Ha	Petróleo	CH	Carreteras	Minas
Manu	Cuzco y M. de Dios	1'716,295	C		X, P	
Bahuaja Sonene	M. de Dios y Puno	1'091,416	C		X	
Alto Purus	Ucayali y M. de Dios	2'510,694	C			
Reservas Nacionales						
Tambopata	Madre de Dios	274,690	C, D	X	X	CC
Reservas Comunales						
Purus	Ucayali y M. de Dios	202,033	D		X, LP	
Amarakaeri	M. de Dios y Cuzco	402,336	X		X, P	CC
Notas: X : impacto seguro por proximidad o superposición de la obra o explotación; C : cerca (muy próximo); CC : concesión cercana o muy próxima; D : el territorio está disponible para uso petrolero futuro (no marcado como intangible por PerúPetro); P : proyecto; LP : proyecto largo plazo Fuentes: Inrena, Semanp (2009) y elaboración propia.						

O comércio internacional de drogas - particularmente de cocaína e seus derivados, já que Peru e Bolívia são em conjunto com a Colômbia os maiores produtores mundiais dessas drogas - também deve ser lembrado como um vetor

¹¹⁵Ibid., www.iirsa.org.

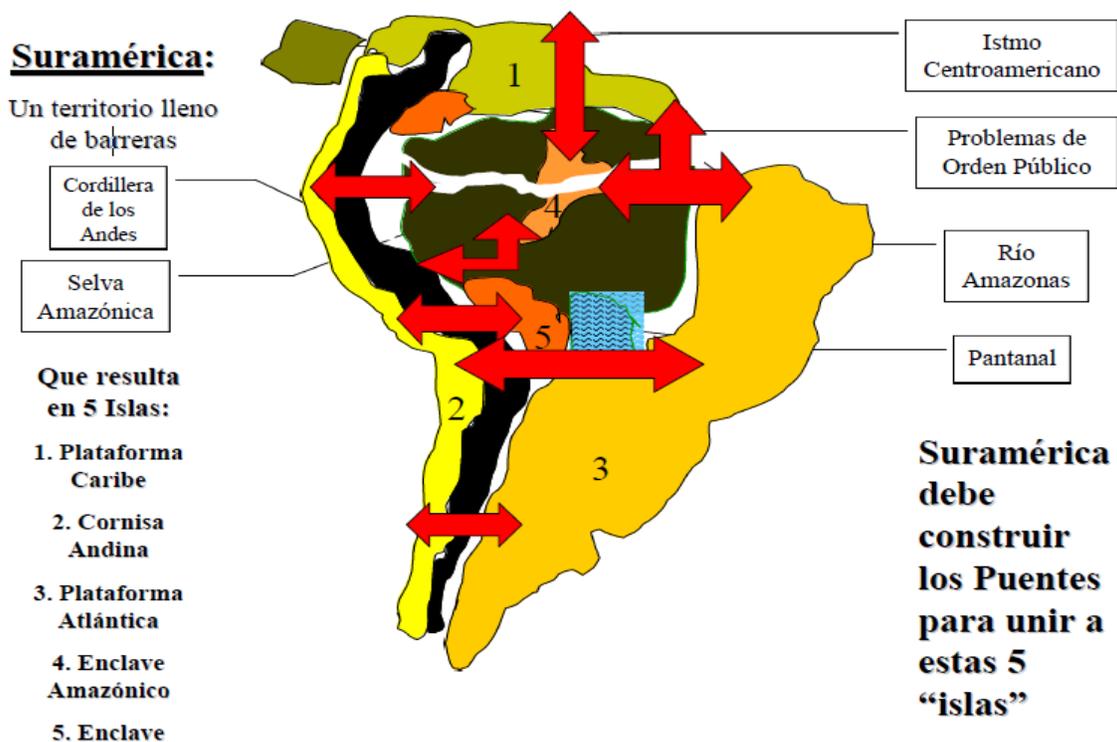
¹¹⁶ Dourojeanni, Marc: Estudio de Caso sobre la Carretera Interoceánica en la Amazonía Sur del Perú.-- Lima, Perú: 2006. P. 4

importante de atividade econômica. Sua dimensão ilegal torna, infelizmente, a apreensão investigativa um tema quase intransponível. Ainda que esses departamentos não se configurem como produtores, a própria dinamização dos transportes com a implementação da rodovia interoceânica tenderá a potencializar os processos e conflitos sociais característicos dessas atividades como a lavagem de dinheiro, presença de grupos armados, criminalidade e degradação social.

O isolamento geográfico desses Estados e sua posição no *heartland* da América do Sul, entre a cordilheira andina e a bacia dos rios amazônicos, representam um verdadeiro limite a conectividade física do continente e para a logística tida como necessária para a circulação das mercadorias. Essa leitura se evidencia por exemplo, em um dos mapas apresentados por técnicos da CAF em um seminário realizado no Rio de Janeiro em 2003 no BNDES sobre a prospecção de negócios dos projetos da IIRSA:¹¹⁸

¹¹⁷Adaptado de Dourojeanni; Marc et al "Amazonía peruana en 2021. Explotación de recursos naturales e infraestructura: ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significa para el futuro?" Lima: ProNaturaleza; SPDA; DAR; ICAA, 2009. P.113

¹¹⁸http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecim ento/seminario/caf_01.pdf Acesso em: 10/12/2010



Mapa 9- Ilhas econômicas da América do Sul a serem integradas de acordo com técnicos da CAF

Se nos atemos a essa construção ideológica da região, o espaço que procuramos analisar situa-se entre os “enclaves” 4 e 5, particularmente nesse último. Para o técnico do banco é um dever da “América do Sul” - como se essa constitui-se por si só um ator social - construir as “pontes” que unem as “ilhas”. A “ilha” em que centramos nossa análise na fronteira entre o Peru-Brasil-Bolívia é não por coincidência um dos espaços em que se afirma a existência de uma das maiores biodiversidades biológicas no planeta. Essa é a questão, que em termos quantitativos e de estudos qualitativos, tem mobilizado parte da sociedade civil desses departamentos, como também interesses internacionais em relação a essa região, remetendo a preservação ambiental e a proteção da biodiversidade como parte de esforços mundiais ameaçados com a implementação dos GPIs da IIRSA.

Neste sentido é que procedemos na próxima sessão na análise do principal movimento regional de crítica a implementação dos GPIs, a chamada “Iniciativa MAP”.

4.2 A “Iniciativa MAP” e o bioregionalismo

Buscou-se apresentar alguns elementos históricos e geográficos que complexificam o espaço social em que os projetos da IIRSA do eixo Peru-Brasil-Bolívia estão sendo implementados. Madre de Dios e Pando, enquanto representativos de uma “periferia da periferia” do capitalismo global são marcados pela exclusão nos processos de construção dos Estados nacionais. Mais recentemente esses departamentos têm sido permeados por contradições na apropriação e uso de seus territórios entre populações tradicionais extrativistas, indígenas, ribeirinhos e a emergência de migrantes andinos, madeireiras, mineração de ouro informal, reservas petrolíferas, projetos hidroelétricos e a própria construção da rodovia interoceânica, que se atender aos objetivos colocados na IIRSA, tende a potencializar essas contradições.

Como afirmamos na conclusão da sessão anterior, as resistências sociais em torno da implementação dos projetos da IIRSA tem se caracterizado fundamentalmente nessa região pela centralidade que conferem a “preservação da biodiversidade”; “governança ambiental” e “mitigação dos impactos” frente a outras demandas possíveis, estratégias e formas de luta.¹¹⁹ A consistência e os objetivos do “MAP” pode ser considerados, a princípio, como nebulosos. A página virtual da iniciativa afirma que o MAP “[é] um movimento solidário de grande escala de cidadãos livres e independentes, é um movimento de cidadãos de três países”¹²⁰ ou seja, se define pela participação dos “indivíduos” de três estados / departamentos do Peru, do Brasil e da Bolívia. - (M)adre de Dios, (A)cre e (P)ando, cujas iniciais atestam sua identidade.

Para os seus promotores, o MAP se define como o

¹¹⁹Para realizar essa parte da pesquisa nos baseamos especialmente na página da internet da iniciativa, nas publicações de algumas de suas organizações e das análises desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Acre - MELO, João Souza. S. Desenvolvimento e Meio Ambiente na fronteira trinacional Amazônica: um estudo da atuação do MAP (Madre de Dios – Acre – Pando). Rio Branco: UFAC, 2006; SOUZA, Israel de. Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”. 2007. 168 p. Paula, Elder; Souza, Israel de História & Perspectivas, Uberlândia (41) p. 85-113, jul.dez.2009; “AMBIENTALISMO INTERNACIONAL, SOCIEDADE CIVIL E DESTERRITORIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA” História & Perspectivas, Uberlândia (41) p.85-113, jul.dez.2009 e dos mesmos autores Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): “Cooperação Internacional” e/ou “Ecoimperialismo”? (2008).

¹²⁰www.map-amazonia.net Acesso 10/12/2010

“coração da Amazônia Sul Ocidental onde se concentra a maior diversidade biológica do planeta, além de uma extraordinária diversidade cultural humana. Na verdade MAP tem mais a ver com um movimento social do que com uma instituição. No momento, a base do MAP é constituída por indivíduos dos três países que perceberam que o desenvolvimento regional vai depender da colaboração com pessoas e instituições nos outros países. O MAP é dinâmico e está evoluindo rapidamente, às vezes rápido demais para que o acompanemos”¹²¹

A Página virtual do MAP também realiza afirmações na negativa, sobre o que a iniciativa não quer ser “Não é um movimento institucional. Não é um movimento político. Não procura converter-se numa instituição. Não procura substituir, nem deslocar organizações existentes”¹²² Em acordo com Elder Paula, é possível caracterizar o MAP como uma “rede”, um aparelho privado de hegemonia no sentido gramsciano, constituído a partir de 1999 e coordenado por pesquisadores de instituições internacionais, nacionais e Organizações Não Governamentais.

De acordo com esse autor

“[e]m muito curto espaço de tempo, a rede obteve grande legitimidade tanto nas esferas da sociedade política (envolvendo a participação de prefeituras e demais instituições governamentais de âmbito estadual e ou departamental) como da “sociedade civil” (abrangendo desde organizações do campesinato, indígenas até a indústria madeireira). Sua atuação é marcada, sobretudo, pela tentativa de conciliar sob o manto do “desenvolvimento sustentável” as contradições de classes e nacionais e de equacionar conflitos históricos pelo “diálogo” .¹²³

O sítio virtual do MAP atesta a preocupação com “Os planos de integração regional, os avanços na infra-estrutura e as exigências de uma vida melhor nas sociedades da região geram crescentes demandas sobre os recursos naturais e seus ecossistemas”¹²⁴ Frente a esse “desafio”,

“[a] iniciativa MAP se baseia no exercício de dois direitos humanos básicos enfatizados na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro: o direito de ter acesso às informações relevantes ao (ou: para o) desenvolvimento sustentável e o direito de participar em decisões coletivas. Os direitos de saber e de participar formam os pilares do processo democrático e seu exercício é essencial para poder levar a um desenvolvimento sustentável da região MAP. Os encontros da região MAP são resultado de iniciativas de indivíduos e instituições que querem desenvolver colaboração bi- e

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

¹²³ Paula, Souza. 2008, Ibid. p.8.

¹²⁴ www.map-amazonia.net Acesso 10/12/2010

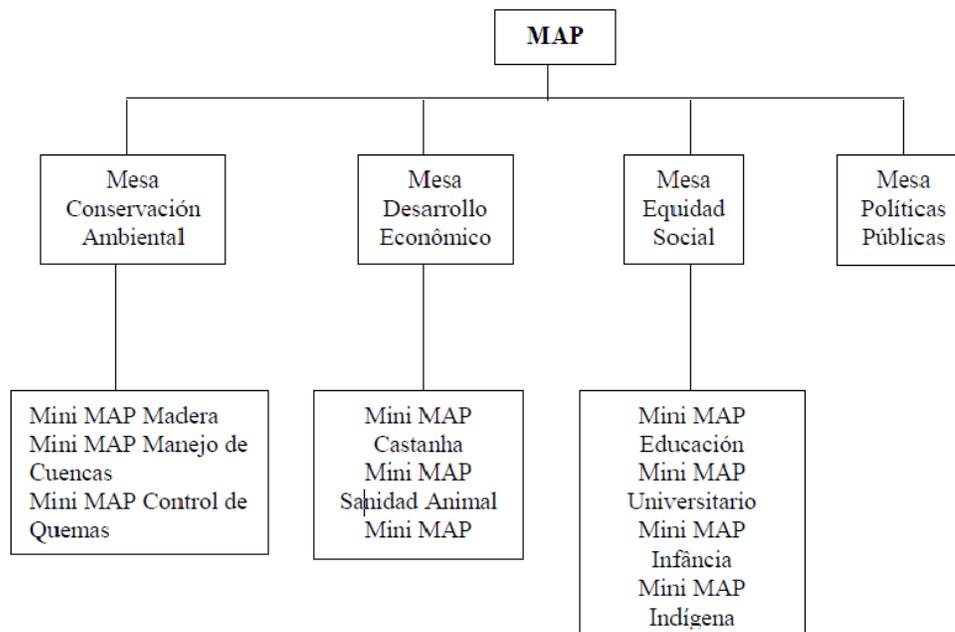
trinacional em busca de soluções dos problemas regionais. O espírito do MAP reflete um movimento social transfronteiriço que percebe que só via colaboração e integração de vários segmentos de sociedades locais, regionais, nacionais e global é possível alcançar as aspirações para um desenvolvimento da Amazônia Sul-Ocidental que pode se sustentar para as próximas décadas e além do ano 2100.”¹²⁵

Expostos os princípios fundamentais do MAP em torno do desenvolvimento sustentável cabe uma análise cronológica e das forças que constituem sua atuação. De acordo com Paula a iniciativa remonta a uma reunião em 1999 realizada na Universidade Federal do Acre-UFAC, em Rio Branco, por pesquisadores dos três países, liderados por Foster Brown, o principal pesquisador do Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) no Acre e radicado no Brasil a quase duas décadas, para discutir formas efetivas de atuação na Amazônia Sul-ocidental.¹²⁶

Em 2000 se realiza um workshop sobre “Indicadores de Usos da Terra” também com a presença de instituições dos três países e 25 pessoas quando emerge, efetivamente, o nome MAP. A partir desse primeiro encontro chamado MAP I, se realizaram encontros anuais, voltados centrados em diferentes temáticas como o MAP II; “Evolução Ambiental Estratégica” em Puerto Maldonado em 2001 e o MAP III em Cobija, na Bolívia em 2002 que contou 160 participantes e mais de 50 representantes de instituições estaduais, universitárias, ONG’s e organizações internacionais, e em que se estruturou sua forma de organização com base no Comitê Científico, nas Mesas Setoriais e Mini MAPs.

¹²⁵Ibid.

¹²⁶Como atesta Souza (2007), “o LBA foi criado no Brasil em 1998 e “desenvolve estudos em 7 temas: física do clima, ciclo de carbono, queima da atmosfera, hidrologia, biogeoquímica, uso da terra e dimensões humanas. Os custos das pesquisas para o período de seis anos estão previstos em US\$80 milhões. 50% desses custos são financiados pelos EUA e 20% pela Europa. O Brasil se responsabiliza por parte do custeio direto. [...] Sua grande contribuição é a manutenção de todas as áreas de experimento e dos pesquisadores e técnicos brasileiros participantes. Somente entre 1998 e 2004, o LBA desenvolveu 120 projetos, com a participação de 1.689 investigadores, 640 estudantes e 245 instituições. **Além do que vimos, o LBA desempenha ainda um papel sumamente estratégico: estender projetos dessa natureza a outros países e regiões. Nisso podemos perceber sua influência na “administração regional”.** Grifo meu.

Tabela 6- Estrutura de Organização- MAP¹²⁷

Frente a essa forma como o MAP veio a se organizar, Paula destaca que

“aparecem de forma nítida dois elementos fundamentais: 1) a concepção de “desenvolvimento sustentável” difundida pelo Banco Mundial na Amazônia continental, uma vez que tanto na orientação discursiva quanto na sua estrutura operacional dissocia desenvolvimento econômico de meio ambiente e sobretudo da dimensão social, tratada à parte no tema da “equidade social”; 2) uma ‘sociedade civil’ passível de consertação dos interesses antagônicos de classes e, ao mesmo tempo, interpelada de forma subordinada a “autoridade científica”¹²⁸

De acordo com a página anual, os fóruns anuais MAP, realizados a cada ano em um país diferente, se expõem os resultados dos Mini Map e se realizam as mesas de trabalho das mesas temáticas finalizando com uma carta de recomendações. Esses Mini MAP, são criados segundo seus promotores

“[c]om a vontade de uma pessoa individual e/ou instituição que procura colocar em debate algum tema na área do desenvolvimento sustentável, para isso procura-se contatos com outras pessoas ou instituições interessadas no tema nos outros dois países, todo este processo de contato realiza-se via e-mail, até ter idéias definidas

¹²⁷Paula, Elder “Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia” 2008. Observatório Latinoamericano de Geopolítica

¹²⁸ Ibid., idem.

convocando à primeira reunião de um novo Mini MAP. “, bastando para participação acessar “o site do MAP (map-amazonia.net) e estabeleça contato com a mesa temática de seu interesse expressando sua intenção de participar”¹²⁹

Tabela 7 - Lista Participantes MAP¹³⁰

Nome	Sigla	Pais
Amazonas Pando	AMAPAN	Bolivia
Amazonlink.org	Amazonlink.org	Brasil
ANIA	ANIA	Peru
Asociación de la Municipalidad de Pando	AMDEPANDO	Bolivia
Cabanhã V	Cabanhã V	Peru
Conservacion Internacional	CI	Bolivia
Consortio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba	CONDIAC	Brasil
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	Brasil
FEDECAMD	FEDECAMD	Peru
Federación Nativa del Río Madre de Dios y afluentes	FENAMAD	Peru
FJMP	FJMP	Bolivia
Grupo de Trabalho Amazonico	GTA	Brasil
Haroldo Almeida Pinto	PMAB_PLAN	Bolivia
Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana	IIAP	Peru
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	IPAM	Brasil
Interdisciplinaria para el Desarrollo Sostenible	Herencia	Bolivia
IPAM/UFAC	IPAM/UFAC	Brasil
MTC	MTC	Peru
Oficina Regional de Epidemiología de Madre de Dios	ORE – MD	Peru
Parque Zoológico - Universidade Federal do Acre	UFAC/PZ	Brasil
Prefeitura Municipal de Epitaciolândia - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo	PME/AC-SEMAT	Brasil
Pro Naturaleza	Pro Naturaleza	Peru
Proyecto Especial Madre de Dios - Instituto Nacional de Desarrollo	INADE-PEMD	Peru
Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Acre	SEPI	Brasil
Secretaria Saude-AC	Secretaria Saude-AC	Brasil
SEMATUR	SEMATUR	Brasil
Serviço Nacional de Sanidad Agraria	SENASA	Peru
SOS AMAZÔNIA	SOS AMAZÔNIA	Brasil
UAP	UAP	Bolivia
Universidad Nacional Amazônica de Madre de Dios	UNAMAD	Peru
Universidad Nacional San Antonio Abad del	UNSAAC	Peru

¹²⁹Www.map-amazonia.net Acesso em: 10/12/2010.

¹³⁰Ibid., idem.

Essa lista que consta na página virtual é incompleta ao omitir a participação das Universidades Norte-americanas, organizações conservacionistas estrangeiras que como veremos adiante, exercem um papel importante no âmbito do MAP. Paula e Souza destacam ainda como a partir do terceiro fórum do MAP, sua caracterização como “Região MAP”, passa a ganhar contornos de “Fórum”, como um espaço desterritorializado e que expressa nos títulos dos encontros como “MAP III - De fronteras de separación a fronteras de cooperación; MAP IV: Fórum trinacional: construyendo una história de cooperación el desarrollo sostenible de la región MAP; MAP V: La educación sin fronteras al servicio de la integración y al desarrollo sostenible de la región MAP VI: Fortaleciendo las raíces de un futuro común en la Región MAP.” sendo que esses últimos encontros reuniram mais de 600 participantes e centenas de organizações, inclusive dos governos estaduais.¹³¹



Figura 1- Símbolo do segundo encontro MAP II¹³²

Esses autores centram suas críticas a perda de capacidade do Estado e sua soberania frente aos processos associativos que valorizam excessivamente o papel da sociedade civil, e das grandes ONG’s ambientalistas. No entanto, pouco refletem sobre o fato de parte dos agentes estatais se somarem ao MAP como algo

¹³¹ SOUZA, 2007, p.95.

¹³² SOUZA, 2007, p.99.

também problemático. Aqui, cabe a provocação do filósofo Paulo Eduardo Arantes, quanto a essa dinâmica contemporânea em que

“autoridades governamentais desandaram a gesticular e arengar como se fossem militantes de uma ONG de todas as ONGs, misteriosamente eleitos pela mão invisível do destino para advogar a boa causa da sociedade [...] Ato contínuo, têm se dedicado a lançar “programas” de fortalecimento da “sociedade civil”, como se esta fosse uma área de fomento, e, pelo visto, em promoção. É um tal de abrir e construir “espaços”, nos quais “interagem” atores (novos, de preferência) que trocam juras de “compromisso” e “envolvimento” mútuos, tudo num registro altamente “proativo”. [...] Espaços obviamente de “participação”, e mais enfaticamente, de “participação cidadã”, irrigados por “canais de interlocução” através dos quais governo e a supracitada sociedade civil “aprendem a pensar e agir juntos”, constroem plataformas para futuras “parcerias” e novas “interações”, conferem “visibilidade” a iniciativas emergentes, promovem a “cidadania ativa”. “Parcerias felizes” enfim, e a tal ponto superlativas que a “sinergia” que as multiplica é dessas que extrai 22 de um simples 2 +2, ao contrário de um medíocre e reativo 4.”¹³³

O fortalecimento do MAP como o espaço político de associação capitaneado pelas grandes ONGs ambientais conservacionistas com o aval dos governos estaduais e departamentais acaba por operar um processo de “revolução passiva” quanto as lutas em torno dos impactos dos GPIs como os da IIRSA.

As próprias organizações indígenas e camponesas passaram a expressar discordâncias frente a esses rumos. Os primeiros passaram a se organizar em um outro espaço, congregando organizações de base como a Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), a Coordinación de Organizaciones Indígenas de la Amazonia Brasileña (COIAB), representantes de organizações regionais como CIPOAP (Pando), FENAMAD (Madre de Dios), Central Indígena de Mujeres de la Amazonía del Pando (CIMAP), dentre outras.

Em seu último encontro em setembro de 2010, eles afirmam a importância de também se autoorganizarem na triplíce fronteira e que

En el año 1999 se desarrolló el primer foro MAP, pero fue una iniciativa que surgió de instituciones y personas vinculadas al ambiente académico-universitario, organizaciones gubernamentales y no gubernamentales (ongs). En el año 2004 se conformó el primer foro internacional de pueblos indígenas de la zona fronteriza Madre de Dios, Acre y Pando, como una iniciativa netamente indígena que

¹³³ARANTES, Paulo Eduardo. “Esquerda e direita no espelho das ONGs”, em Zero à Esquerda. S. Paulo: Conrad, 2004, p. 165.

responde a las necesidades y expectativas de vida de los pueblos indígenas de esta subregión¹³⁴

Sua organização se dá por meio do Fórum Permanente Trinacional Indígena, em que existe uma organização coordenadora e a outra suplente, que se reúnem a cada três meses e realizam um encontro anual, em uma clara distinção, ao menos em termos formais, com o caráter nebuloso da forma como a iniciativa MAP se organiza.¹³⁵ Souza contempla em seu estudo sobre o MAP, por exemplo, constatações dos próprios participantes do MAP ao afirmarem que a “participação de indígenas e dos camponeses é uma espécie de calcanhar de Aquiles da Iniciativa MAP” e que essas incidiriam “de [forma] irregular e pouco proporcional. De tal maneira que se pode afirmar que as questões referidas ao indígena e ao camponês têm incidido mais formalmente do que de forma prática na agenda do MAP”¹³⁶

O protagonismo das organizações conservacionistas ganha contornos ainda mais problemáticos para uma análise crítica desse processo como um tema de relações internacionais aos termos em vista a constituição, em 2006, do programa ABCI - Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a USAID. Esse programa busca responder segundo seus promotores,

“a 2004 Congressional directive requesting USAID to support conservation of biodiversity in collaboration with indigenous peoples in Amazon, USAID’s Latin America and Caribbean Bureau (USAID/LAC) developed an Amazonian Strategy, entitled Conserving Biodiversity in the Amazon Basin: Context and Opportunities for USAID. With continued Congressional support, USAID/LAC designed ABCI (the Amazon Basin Conservation Initiative) in 2005, with the final concept paper for a five-year \$50 million project approved by Congress and published in February 2006.”¹³⁷

No contexto em que foi formulado esse programa a USAID divulgou as principais diretrizes do consórcio em que se destaca sua abordagem regional da Amazônia envolvendo vários países; o desenvolvimento “participativo” que abrangeu “um processo de seleção de propostas altamente competitivo que envolveu mais de 30 consórcios representando instituições com bases nos EUA e na Amazônia”; a

¹³⁴ www.fenamad.org.pe Acesso em: 10/12/2010.

¹³⁵ <http://servindi.org/actualidad/32659> Acesso em: 10/12/2010.

¹³⁶ SOUZA, 2007, p. 104.

¹³⁷ USAID “Final Report for ICAA Mid-Term Assessment “ jan. 2010 p. 2 pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACP884.pdf

constituição de parceiras e grupos de interesses voltados para o fortalecimento da governança ambiental. Para fins da nossa pesquisa o foco geográfico do consórcio também é particularmente relevante:

“[o] sudoeste da Amazônia, uma região de excepcional biodiversidade que contém grandes parques nacionais, terras indígenas, e outras áreas que permitem o uso sustentável de recursos naturais. No entanto, um rápido desenvolvimento de infraestrutura — incluindo a ligação da Amazônia ao Pacífico — representa ameaças crescentes.”¹³⁸

Dos 5 consórcios da ABCI, 3 abrangem a área Estados de Pando e Madre de Dios e um em particular busca a “Governança Ambiental na região MAP”. Caracterizam a região nestes termos:

“A região MAP é uma conexão crucial na Rodovia Interoceânica que conecta os portos do Atlântico no sudoeste do Brasil aos portos do Pacífico no Peru. A pavimentação da componente da Rodovia Interoceânica no Acre foi completada em 2002, e atualmente a parte restante nas terras baixas em Madre de Dios está sendo pavimentada. Esta atividade faz parte de um investimento de \$800 milhões que inclui o melhoramento de instalações portuárias no Peru para permitir as exportações do Brasil para as economias à margem do Pacífico. Um conjunto semelhante de rodovias está planejado para unir as seções de Cobija e Riberalta no Pando a La Paz na Bolívia; os investimentos atuais reservados para a melhoria dessas estradas totalizam dezenas de milhões de dólares. Também nas fases de planejamento avançadas está um conjunto de grandes represas hidroelétricas no Rio de Madeira e seus tributários (a um custo calculado em \$10 bilhões) na Bolívia e Brasil, que afetarão diretamente Pando e Madre de Dios. Além disso, companhias chinesas começaram a exploração madeireira em Madre de Dios ao longo das margens bolivianas e brasileiras.”¹³⁹

Além das mudanças de infra-estrutura, o processo de democratização está se expandindo e permitindo à maioria pobre dos três países uma maior influência em políticas públicas. Com a democratização se permitirá a estas maiorias ganhar mais acesso a recursos naturais, a governança ambiental efetiva garantirá o uso seguro destes recursos e a conservação da excepcional diversidade biológica da região.”¹⁴⁰

¹³⁸ USAID Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica- ABCI. 2007 www.brasilbrasileiro.pro.br/amazoniausaid.pdf p. 22

¹³⁹Ibid., idem.



Mapa10- Projetos da USAID na região amazônica.¹⁴¹

Antes de refletirmos sobre o significado da implementação desse projeto na região em estudo, cabe apenas ressalva de que a sua implementação no Brasil foi rejeitada em 2006. Como destaca Souza,

“o deputado federal Carlos Souza (PRB-AM) apresentou um requerimento a ser encaminhado ao Ministério da Defesa, solicitando que fossem “tomadas enérgicas providências que impeçam a USAID de criar os referidos consórcios, pois não teremos como controlar o fluxo de informações sobre a biodiversidade brasileira, coletadas pelas organizações não governamentais contratadas e pagas pela USAID para atuarem em terras brasileiras, com isso, ferindo de morte nossa soberania”.

¹⁴⁰Ibid., idem.

¹⁴¹SOUZA, 2007, p. 104.

Tabela 8- Consórcios ABCI/USAID ¹⁴²

Resumo dos Cinco Consórcios de Conservação da ABCI

Consórcio	Objetivo	Foco Geográfico	Instituições
Desafiando o Avanço do Desmatamento na Amazônia Brasileira	Fortalecer governança ambiental, apoiar atores locais para lidar com problemas sócio-ambientais associados ao desmatamento	Sudoeste da Amazônia Brasileira (Estado do Amazonas)	Quatro ONGs lideradas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil
Conservando a Paisagem de Madidi-Manu da Bolívia e Peru	Melhorar planejamento da paisagem e sua implementação, desenvolver eco-empresendimentos comunitários e construir governança ambiental	Sudoeste da Amazônia: Peru e Bolívia	Cinco ONGs lideradas pela <i>Wildlife Conservation Society</i>
Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica	Fortalecer manejo ambiental de terras indígenas construindo a capacidade de organizações indígenas e parceiras, de planejar, manejar e proteger estas terras	Quatro locais em escala de paisagem—dois no Brasil, um no Peru e um no Equador	Cinco ONGs lideradas por <i>The Nature Conservancy</i>
Governança Ambiental na Região MAP*	Reduzir a perda de biodiversidade e serviços ambientais, e servir como um exemplo para colaboração internacional em assuntos transfronteiriços relacionados na Bacia Amazônica	Sudoeste da Amazônia: Peru, Bolívia, Brasil	Quatro universidades, quatro ONGs e uma agência governamental lideradas pela Universidade da Flórida
Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia Ocidental	Reduzir a degradação ambiental e melhorar os meios de vida comunitários, aumentando o volume de vendas e a renda de madeira certificada e produtos não madeireiros, da agricultura e do turismo	Amazônia Ocidental: Colômbia, Equador, Peru, Bolívia	Três ONGs lideradas pela <i>Rainforest Alliance</i>

*MAP é a sigla para a região que engloba Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil), e Pando (Bolívia)

Para esse deputado, convencido que os interesses setoriais das lógicas que lista são também parte do interesse nacional, a atuação a USAID seria uma forma “velada de intervencionismo”, já que

“desejam estabelecer áreas, dentro do território nacional, com restrições à implantação de importantes projetos de infra-estrutura, e.g. a construção das hidrelétricas no Rio Madeira; a rodovia que faz a ligação da Amazônia com o Oceano Pacífico; a instalação do gasoduto Urucu-Porto Velho e a pavimentação de rodovias e outras obras na região”.¹⁴³

Essa decisão viria a se ratificada posteriormente, pelo governo brasileiro, em que o Ministério da Defesa e o Itamaraty intervieram. A própria USAID veio a reconhecer em seu relatório de avaliação, dois anos depois, que

¹⁴²Ibid., p. 3.

¹⁴³Ibid., idem.

“A critical development in the implementation of USAID’s regional efforts in the Amazon is the separation of activities in Brazil from activities in the other four countries originally included in ABCI (Colombia, Ecuador, Bolivia, and Peru). The Government of Brazil insisted that USAID activities implemented in Brazil could not be part of a regional USAID program. After a long period of discussions, all ABCI activities in Brazil were shifted to the bilateral Mission and all remaining activities were continued as part of the newly-established ICAA.”¹⁴⁴

O escopo do projeto teve que ser mudado e o ABCI deu lugar a “Iniciativa de Conservação da Amazônia Andina” - ICAA. O projeto governança MAP, perdeu o “A” e teve que se conformar aos departamentos peruano e boliviano M-P. No entanto, sua gestão continuou sendo realizada por Irving Foster Brown, mencionado anteriormente, o principal “intelectual orgânico” da própria iniciativa MAP, pesquisador do Woods Hole Research Center (WHRC) e que vive no Acre. Além dele participam a Universidade da Florida, a Universidade Amazônica de Pando (UAP), a Universidad Nacional Amazónica de Madre de Dios (UNAMAD), a ONG Herencia na Bolívia e o Instituto Nacional de Desarrollo – Proyecto Especial de Madre de Dios (PEMD), que também participam do MAP.¹⁴⁵

A sobreposição de organizações e pessoas que recebem recursos da USAID e participam do MAP passou a gerar uma série de contradições internas entre seus membros, ressaltadas no estudo de Souza e Paula. Não caberia aqui também discutir a atuação específica dessas organizações, apenas enfatizar o argumento que o discurso da conservação ambiental e da sustentabilidade fomentado no âmbito da iniciativa MAP é semelhante a aquilo que destaca Acsegrad a respeito do “ecologismo desenraizado”, “um movimento de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, esforço esse que teria sido bem-sucedido apenas junto ao que chamam de “ecologismo desenraizado”, desprovido de maiores vínculos com movimentos sociais”.¹⁴⁶

Para ficarmos com alguns exemplos nesse sentido, os trabalhos da USAID buscam, certificar castanha e turismo como socialmente e ambientalmente responsáveis, promover educação ambiental, gestão de recursos florestais e parques, potencializar ganhos de créditos de carbono e REDD -Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation para as populações e uma série de paliativos, cuja dimensão “meramente local que se encaixa bem com o paradigma

¹⁴⁴USAID, 2010, p. 4.

¹⁴⁵SOUZA & Paula, 2009, p. 93.

¹⁴⁶Acsegrad, Henri. Ambientalização das lutas sociais. *Revista estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 106. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103->

neoliberal dominante que tem ditado as políticas econômicas e sociais através do mundo, uma vez que não tratam de problemas de larga escala” como destaca Domingues .¹⁴⁷

A título de exemplo de como a dita região MAP não está muito longe do discurso ambiental de responsabilidade social corporativa, a USAID além de financiar suas organizações, está por implementar um programa conjunto com a construtora Brasileira Odebrecht, responsável pela construção de um dos trechos da rodovia interoceânica o PRA- “Proyecto de Reducción y Alivio a la Pobreza”, em Puerto Maldonado, capital do departamento de Madre de Dios. Esse projeto, que está presente desde 2000 em outros departamentos peruanos por meio de parcerias com mineradoras, visa facilitar contratos com empresas que se dispõem a comprar a produção de pequenos produtores de gêneros agrícolas e artesanais.
148

Estudos mais aprofundados sobre toda a economia política que perpassa os projetos da USAID seriam necessários para se afirmar que bojo de sua atuação existe uma verdadeira estratégia norte-americana de ocupação da Amazônia, de impedir o “desenvolvimento” dos países sul-americanos e dominar a biodiversidade do planeta. Em articulações como o MAP, em que a participação é difusa- como seus próprios promotores afirmam, individual ou pela internet, e cuja coordenação é centralizada por pesquisadores e universidades estrangeiras não existe essa clareza. Na análise de seu bioregionalismo não se deve ignorar, como destaca Haesbaert, a possível expressão de um

“biopoder [que] envolve a indissociabilidade entre o social e o natural, de forma que, hoje, mais do que nunca, o biológico se torna um instrumento central na configuração das relações de poder, desde questões envolvendo a corporiedade até a biodiversidade planetária. Nossas articulações no/com o espaço não podem mais dicotomizar o que se refere aos “sujeitos sociais” e o que se refere a dinâmica da “natureza”. É neste sentido, de uma região envolvida em relações de biopoder que propomos reler o conceito de bioregião (...)”¹⁴⁹

Como destaca Carlos Walter Porto-Gonçalves, “ nenhuma entidade não governamental pode garantir efetivamente que seu projeto não esteja conformado por

40142010000100010&script=sci_arttext

¹⁴⁷DOMINGUES, José Mauricio “Desenvolvimento e dependência, desenvolvimentismo e alternativas!” PONTO DE VISTA, n. 3, março, 2009. Disponível em: neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01mar2009.pdf pg.18

¹⁴⁸Maiores informações disponíveis em <http://www.proyectopra.com>

¹⁴⁹HAESBAERT. p. 194.

uma estratégia de controle da biodiversidade do planeta por parte de algum Estado e das grandes corporações que as financiam”¹⁵⁰Tratam-se de processos sutis de dominação e controle. Para o mesmo autor é preciso

“ficar alertar com relação a qualquer proposta de unidade de conservação ambiental, sobretudo em áreas de elevada diversidade biológica, que [...] é quase sempre também de grande diversidade cultural, como são os casos da área onde pretendem implementar o Plano Puebla-Panamá ou na Amazônia, na medida em que podem comportar estratégias de controle da biodiversidade, sobretudo quando envolvem recursos provenientes dos países hegemônicos ou apoiados por instituições multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo. Essas áreas podem estar sendo protegidas enquanto reservas de valor, como um verdadeiro latifúndio genético”¹⁵¹

De forma paradoxal, o bioregionalismo expresso na iniciativa corrobora nestes termos a conclusão de autores como Paula e Souza, ao afirmarem que o MAP,

“[I]l longe de apontar para a satisfação das principais demandas dos segmentos sociais subalternos, os apelos à participação da sociedade civil têm concorrido efetivamente para legitimar os interesses das classes dominantes locais associadas e/ou subordinadas ao domínio neocolonialista na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento na região. Nesse sentido, a atuação da Iniciativa MAP tem contribuído eficazmente para reduzir ou anular o protagonismo dos sujeitos sociais constituídos nas lutas de resistência, colocando-os sob a tutela de agências e organizações não governamentais que, via de regra, estão comprometidas com a espoliação capitalista”¹⁵²

Esse processo de “revolução passiva” é visível naquilo que a Iniciativa MAP tem de próximo a IIRSA, ou seja, como uma “face verde” da privatização e apropriação dos usos dos territórios que a espoliação provocada por canteiros de obras, máquinas e dutos de GPIs já realizam em um âmbito local, em nome do desenvolvimento regional ou nacional. Ou seja, o discurso da preservação da biodiversidade cuja legitimidade se expressa inclusive em uma escala ainda mais ampla de esforços globais, aterrissa na prática a mobilização de indivíduos e grupos da região imersos em uma rede de organizações que circulam em torno de ações de pesquisas científicas sobre a floresta, promoção dos mercados de carbono, dentre outras já mencionadas. A presença dos financiadores e das

¹⁵⁰GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 324.

¹⁵¹Ibid., idem.

¹⁵²Paula ; SOUZA. 2009, p. 113.

organizações da MAP em iniciativas de responsabilidade social corporativa das empresas dos projetos que eles mesmos questionam em teoria os impactos na bioregião, também apontam para essa lógica privatizante e de efeitos localistas.

Pode-se afirmar portanto que a iniciativa MAP se mostra insuficiente como processo de regionalização potencialmente resistente ou alternativo ao modelo de desenvolvimento colocado pela IIRSA. Essa insuficiência se verifica pelo conteúdo limitado de suas ações práticas para a proteção do meio ambiente no âmbito da realização dos GPIs, que a iniciativa afirmava se preocupar inicialmente, mas também em um sentido mais amplo. O bioregionalismo expresso no MAP, fica aquém, por exemplo, de articular um projeto político, em uma mesoescala de ação social capaz de mediar e coordenar políticas com as forças sociais locais e com os governos federais para a diminuição das desigualdades interregionais ou intra-regionais; para se opor e/ou forçar a realização de processos de consulta prévia a implementação de GPIs, e, quiça, enraizar interesses, identidades e símbolos comuns entre os habitantes das três das fronteiras nacionais.

Ou seja, não se expressa uma política “mapiense” ou emerge um cidadão “mapiense” do projeto político bioregionalista que articula cientistas, grupos da sociedade civil e ongs dos três departamentos. Compartilhar interesses comuns na preservação ambiental e percepções das contradições colocadas para o modelo de desenvolvimento da região, não faz a região. Diante do incremento dos projetos de infraestrutura. Madre de Dios e Pando, esse último analisado em mais detalhe na próxima sessão, permanecem mediados socialmente por processos de regionalização que se desenvolvem no âmbito do espaço nacional de seus países.¹⁵³

¹⁵³Como é também o caso do Acre no Brasil, relativamente mais bem sucedido historicamente que os departamentos vizinhos em sua relação com os poderes centrais.

4.3

A tentativa de expulsão da MAP/USAID de Pando e as disputas regionais na Bolívia no contexto do governo de Evo Morales

Nesta sessão procura-se explorar algumas das respostas do governo de Evo Morales na Bolívia frente às demandas por autonomias indígenas, terras e paralisação dos GPIs de investimento nos departamentos amazônicos. Como enfatizado no capítulo anterior sobre o planejamento da IIRSA, a Bolívia contribuiu de forma marginal na elaboração das diretrizes para o eixo “Peru-Brasil-Bolívia” e os projetos nesse país permanecem em grande medida, em fase de viabilidade e estudos (como por exemplo, os dos grupo 2 e 3 do eixo, analisado acima), apesar de já existir pressão e debate social em torno dos mesmos.

O tema dos conflitos socioambientais na Bolívia não era até recentemente algo central na agenda pública governamental de Evo Morales. Eleito em 2006 em um processo acumulado de lutas sociais contra o neoliberalismo na Bolívia, simbolizada na luta pela nacionalização dos recursos naturais e petrolíferos, controlados por empresas estrangeiras.¹⁵⁴ As disputas políticas que seguiram a vitória do líder cocaleiro do altiplano ao poder federal, entre o projeto político e a oposição, tinham uma clara expressão regionalista. Nos departamentos da chamada “Meia Lua”, nas partes baixas do país, os governos, organizações empresariais e oligarquias manifestaram desde o princípio sua oposição a proposta de convocação de uma constituinte que conduzisse para a construção de um Estado Plurinacional na Bolívia, capaz de reverter a exclusão social e o colonialismo interno em relação a população indígena,.

Nos departamentos de Pando, Tarija, Santa Cruz e Beni se afirmaram assim demandas autonomistas orquestrada pelas oligarquias dominantes desses departamentos, partidos de direita e que contavam com a simpatia do governo norte-americano, postulando-se inclusive a possibilidade de separação dessas partes baixas do país. A própria USAID, financiadora das organizações líderes do

¹⁵⁴ A respeito de algumas dessas transformações e particularmente das contradições em torno da nacionalização do petróleo no país ver Sá, Miguel Borba de. “Pachamama vs. Wall Street: uma análise do processo uma análise do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia e suas implicações para as lutas sociais e dinâmicas políticas na América Latina”. 2009 (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais IRI-PUC-RIO).

MAP que trabalhamos na sessão anterior, foi acusada nesse contexto de financiar as atividades opositoras.

O governo de Evo Morales logrou êxito na contenção das demandas autonomistas que ameaçaram a estabilidade do seu governo, mesmo realizando concessões no âmbito da proposta de reforma constitucional. Um dos episódios mais significativos dessa disputa entre as forças sociais do anti-plano e das partes baixas se deu no departamento de Pando. Nas semanas posteriores a vitória do governo central no referendo revocatório dos mandatos em agosto de 2008, os governadores de oposição na “Meia Lua”, que também mantiveram seus mandatos, impulsionaram uma série de protestos, com o fechamento de rodovias, aeroportos e a tomada de prédios federais exigindo autonomia e o controle dos recursos provenientes de suas atividades, especialmente os recursos do gás e do petróleo.

Na escalada de conflitos, em 11 de setembro de 2008, foram assassinados mais de 15 camponeses, uma centena de outros feridos e desaparecidos de apoiadores de Morales na localidade de Porvenir, em Pando. O governo central declarou estado de sítio no Departamento e fortaleceu a presença das forças armadas, vindo a destituir e prender Leopoldo Fernández, o governador de Pando acusado-o pelas mortes. Nesse processo, uma série de funcionários da prefeitura, apoiadores de Fernández e camponeses que temiam por suas vidas também deixaram Cobija capital do departamento e fugiram para o Brasil.

Os presidentes sul-americanos respaldaram o governo de Evo Morales, enviando inclusive por meio da recém criada União das Nações Sul-Americanas (Unasul) uma comissão para investigar o caso. O departamento passou a ser governado por um almirante das forças armadas bolivianas até as eleições em abril de 2010, que ampliaram o poder nacional do MAS já sob uma nova constituição e deram vitória a seus candidatos a governador de Pando e na prefeitura de Cobija, em uma clara reversão do poder historicamente dominante no departamento.

Com a situação política relativamente estabilizada tornou-se uma questão estratégica no governo Morales e para a própria construção do espaço político nacional, sobreposto as oligarquias locais, a superação do isolamento dos departamentos de Pando e Beni da esfera federal. Neste sentido é que os projetos de infraestrutura do chamado “corredor norte” do grupo 3 do eixo Peru-Brasil-

Bolívia da IIRSA são legitimados, na tentativa de romper a vinculação desses departamentos da influência política, econômica e territorial de Santa Cruz, principal pólo de oposição a Morales.

Em paralelo a essa disputa que marca historicamente o espaço político boliviano, a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (Cidob) que congrega organizações de base de índios amazônicos, organizou em junho de 2010 uma marcha saindo da cidade de Trinidad, departamento de Beni para La Paz, reivindicando a consolidação de suas terras e a consulta prévia quanto aos projetos de desenvolvimento - principalmente as concessões petrolíferas e de mineração – que perpassam seus territórios. Tratava-se da primeira marcha realiza por indígenas abertamente contra o governo de Evo Morales.

Em resposta, o governo passou a acusar os manifestantes de serem financiados pela USAID. A própria CIDOB e outras organizações como o Fórum Boliviano para o Meio Ambiente (FOBOMADE) que apoiaram as lutas sociais que conduziram Morales ao poder, também passaram a ser objeto dessa lógica de discurso, ainda que não recebam recursos da agência norte-americana¹⁵⁵ Nesse contexto, em julho de 2010, a associação de prefeitos de Pando (AMDEPANDO) - que detinha participação no âmbito da articulação MAP até a reversão do quadro político no departamento - elaborou uma declaração decretando Pando “Território Livre da USAID”, estabelecendo uma relação direta entre a organização da Marcha contra o governo e a ingerência externa como promotora da divisão entre indígenas.

Reproduz-se aqui uma parte extensa desse documento devido a sua importância para a reflexão que procuramos desenvolver nessa sessão,

“AMDEPANDO
PRONUNCIAMIENTO PÚBLICO
PANDO: TERRITORIO AMAZONICO LIBRE DE USAID

LOS ALCALDES DEL DEPARTAMENTO DE PANDO, PREOCUPADOS POR LOS ULTIMOS ACONTECIMIENTOS RESPECTO A LA PENETRACIÓN Y A LA INJERENCIA POLÍTICA DE LAS AGENCIAS DE LOS ESTADOS UNIDOS, EN ORGANIZACIONES SOCIALES, INSTITUCIONES, TERRITORIOS Y PUEBLOS INDÍGENAS, MANIFESTAMOS AL PUEBLO BOLIVIANO LO SIGUIENTE:

¹⁵⁵“CARTA ABIERTA A EVO: FOBOMADE PIDE GARANTÍAS Y QUE CESE LA PERSECUCIÓN” <http://plataformaenergetica.org/content/1362> Acesso em: 10/12/2010.

APOYAMOS LA VALIENTE Y DECOROSA DECISION DEL GOBIERNO NACIONAL Y DE NUESTRO PRESIDENTE EVO MORALES AYMA DE EXPULSAR DEFINITIVAMENTE A USAID DE NUESTRO PAIS. [...]

DECLARAMOS ESTADO DE EMERGENCIA EN NUESTROS MUNICIPIOS PARA DEFENDER LA DIGNIDAD Y LA SOBERANÍA NACIONAL ANTE LA DESESTABILIZACIÓN ANTIDEMOCRÁTICA PROPICIADA POR LOS ENEMIGOS INTERNOS Y EXTRANJEROS DE ÉSTE PROCESO DE CAMBIO. [...]

EL DEPARTAMENTO AMAZÓNICO DE PANDO SE HA CONSTITUIDO EN UN TERRITORIO ENAJENADO E INTERVENIDO ABUSIVAMENTE POR USAID Y SUS ONGs MEDIANTE PROGRAMAS COMO EL MAP Y LA INICIATIVA DE LA CUENCA AMAZÓNICA (ICCA) CON LA COMPLICIDAD DE VARIAS ONGs (ARMONIA, CSF, HERENCIA, PUMA, WCS, RAINFOREST ALLIANCE ETC). BAJO EL MAQUILLAJE DE LUCHA CONTRA LA POBREZA, PRESERVACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE, CON ENFOQUE CAPITALISTA, Y PROGRAMAS RACISTAS DENOMINADOS “PROTECCIÓN DE PAISAJES INDIGENAS” SUPLANTAN LA AUTORIDAD DE LOS MUNICIPIOS E INTERVIENEN POLITICAMENTE EN LAS COMUNIDADES INDIGENAS Y CAMPESINAS.

LOS ALCALDES DE PANDO, ELEGIDOS DEMOCRÁTICAMENTE EL 4 DE ABRIL DEL 2010 RECIBIMOS EL MANDATO DE NUESTROS PUEBLOS PARA DEFENDER LA SOBERANÍA Y LOS RECURSOS NATURALES DE NUESTROS TERRITORIOS Y DEL ESTADO BOLIVIANO. POR ESTA RAZÓN LUCHAREMOS AL LADO DEL GOBIERNO CONTRA TODAS LAS ACTIVIDADES ILICITAS COMO EL CONTRABANDO DE MADERA, EXTRACCION ILEGAL DE ORO, NARCOTRAFICO, TRAFICO ILICITO DE ESPECIES SILVESTRES, BIOPIRATERIA, SECUESTRO DE NUESTRA RICA BIODIVERSIDAD Y CONTRA LA INTERVENCIÓN UNILATERAL DE AGENCIAS, ONGs, FUNDACIONES Y OTRAS QUE DICEN PROTEGER UNILATERAL Y ARBITRARIAMENTE NUESTROS BOSQUES TROPICALES.

DECENAS DE ONGs COLONIZADAS Y COLONIZADORAS OPERAN EN NUESTROS TERRITORIOS Y VARIOS MILLONES DE DÓLARES CIRCULAN CLANDESTINAMENTE POR LAS COMUNIDADES. LA HISTORIA ES LA MISMA DE SIEMPRE. MIENTRAS NUESTROS HIJOS SE MUEREN DE HAMBRE, CON MALARIA, TUBERCULOSIS O LESMANIASIS, OTROS SE LIMPIAN LA BOCA DESPUES DEL FESTÍN FINANCIERO EN NOMBRE DEL MEDIO AMBIENTE Y DE LOS POBRES.

DUEÑOS DEL TERRITORIO MAS RICO DEL PAÍS POR SU BIODIVERSIDAD, RECURSOS NATURALES Y SU POTENCIAL PRODUCTIVO CONTINUAMOS VIVIENDO EN LA MISERIA. ENTRETANTO, OTROS SE ENRIQUECEN Y NOS HUMILLAN A COSTA DE NUESTRA PRECARIEDAD. EL “MANEJO EFECTIVO DE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA Y LOS SERVICIOS AMBIENTALES” SOLO ES UN PRETEXTO PARA TRANSNACIONALIZAR NUESTROS RECURSOS NATURALES, INTERVENIR LAS ORGANIZACIONES SOCIALES Y ALINEARLAS CON LOS INTERESES DEL IMPERIO PARA TERMINAR DOMINANDO NUESTROS TERRITORIOS, SUS BOSQUES Y LA BIODIVERSIDAD.

[...]

EL INTERVENCIONISMO POLITICO Y MEDIOAMBIENTAL SE ACABO EN PANDO

LOS ALCALDES DE PANDO DECIDIMOS SOBERANAMENTE ACABAR CON LA IMPOSTURA DE LOS TRAFICANTES INTERNACIONALES DEL

MEDIO AMBIENTE Y PONER FIN A LAS MANIOBRAS POLITICAS DE SUS AGENCIAS DE COOPERACION (USAID).

LOS ALCALDES DE PANDO DECIDIMOS EMANCIPARNOS Y LIBERARNOS DE LAS VIEJAS PRÁCTICAS PREBENDALES DE LA COOPERACIÓN EXTRANJERA (USAID) CUYOS MÍSEROS CENTAVOS ENVILECIERON LA CONCIENCIA DE NUESTROS PUEBLOS, DE SUS CAMPESINOS Y DE NUESTROS VALEROSOS PUEBLOS INDÍGENAS.

EXPULSION DE FUNDACIONES Y ONGs FINANCIADAS POR USAID Y SUS ALIADOS

COMO ALCALDES DEL MAYOR TERRITORIO AMAZÓNICO, POBLADO POR HOMBRES Y MUJERES DIGNOS, DECIDIMOS SOBERANAMENTE, EN CADA UNO DE NUESTRAS JURISDICCIONES EXPULSAR A TODAS LAS ONGs, EMPRESAS, AGENCIAS Y PROYECTOS FINANCIADOS POR EL GOBIERNO DE LOS EEUU A TRAVÉS DE USAID Y SUS ALIADOS.

A PARTIR DE LA FECHA NINGUNA ONG, FUNDACION, NACIONAL O EXTRANJERA, EMPRESA Y/O PROYECTO QUE NO CUENTE CON LA AUTORIZACION DE LOS ALCALDES Y SUS CONSEJOS MUNICIPALES PODRÁ HACER INTERVENCIÓN ALGUNA EN NUESTRO TERRITORIO. CONTRARIAMENTE, ESPERAMOS QUE HASTA EL 30 DE JULIO DE ESTE AÑO CADA UNA DE LAS FUNDACIONES U ONGs QUE TRABAJARON EN PANDO, INFORMEN DE LOS PROGRAMAS, PROYECTOS Y ACTIVIDADES ASÍ COMO EL ORIGEN DE SU FINANCIAMIENTO, LOS MONTOS RECIBIDOS POR LA COOPERACION INTERNACIONAL EN LOS ULTIMOS 10 AÑOS Y LOS RESULTADOS TANGIBLES LOGRADOS HASTA LA FECHA. CASO CONTRARIO NOS VEREMOS OBLIGADOS A SOMETERLOS, EN EL MARCO DE LA NUEVA CONSTITUCION POLITICA DEL ESTADO, A LOS TRIBUNALES DE JUSTICIA POR VULNERAR NUESTRA AUTONOMÍA Y ATENTAR CONTRA NUESTRA SOBERANÍA TERRITORIAL E INSTITUCIONAL.

6 DE JULIO 2010

POR LA DIGNIDAD AMAZÓNICA

PANDO, TERRITORIO LIBRE DE USAID.”¹⁵⁶

Até o fim de 2010, o governo Morales não expulsou a USAID e especula-se que teria pouca margem de manobra política para fazê-lo, na medida em que isso implicaria um desgaste na relação com os Estados Unidos no contexto de reaproximação entre os países após a aprovação da constituinte em 2009 , ou mesmo o fim de outros programas junto ao governo boliviano e departamentos, dependentes de recursos da cooperação internacional.

Essa breve análise a respeito do contexto político boliviano recente é simbólica das contradições existentes nos governos latinoamericanos que buscam levar adiante GPIs. Gudynas formula nesse sentido o conceito de “neoextractivismo progressista” que permeia a ação dos governos de esquerda

como o de Evo Morales, cujo diferencial em relação ao modelo neoliberal seria uma maior presença do Estado; a tentativa desse de se apropriar mais dos excedentes gerados por esses recursos e uma concepção de que esses recursos são importantes para o combate a pobreza e a promoção de políticas de desenvolvimento.¹⁵⁷ O autor cita ainda uma declaração do próprio Evo Morales a respeito,

“as críticas contra el extractivismo fácilmente pueden ser tildadas de estar en contra del desarrollo nacional o el progreso, pueden ser calificadas de infantiles o soñadoras, y hasta de peligrosas. Esas expresiones han estado en boca de Correa, Morales y Lula da Silva. Baste como ejemplo, las afirmaciones del pasado julio, [2009] del presidente Evo Morales donde critica a grupos indígenas y campesinos que se oponen a petroleras y mineras, Morales afirmó que hay una oposición de los "neoliberales" y de "algunas ONGs que van desorientando al pueblo boliviano", "algunas ONGs decían 'Amazonía sin petróleo' (...) eso quiere decir que no haya gas ni petróleo para los bolivianos, entonces ¿de qué Bolivia va a vivir si algunas ONGs dicen Amazonía sin petróleo?".¹⁵⁸

Neste sentido, o Vice-Presidente da Bolívia Alvaro Garcia Linera considera que como o *amesentamiento* da conflitividade política, ou seja, a superação dos conflitos com as oligarquias da Meia Lua e sua estabilização após a aprovação da nova constituição e a reeleição de Evo Morales em 2009, se abre um outro momento na história do país e em que as contradições sociais emergem no interior do bloco de poder na Bolívia. Em suas próprias palavras

“uma vez que desapareceu a grande confrontação de blocos, o que emerge agora são as contradições no interior do bloco. É algo inevitável, necessário e previsível. Necessário para a continuação do processo. Mao o chamava de contradições no seio do povo. Este é o momento maoísta ou leninista do processo. Este é um momento em que, consolidado o bloco, vêm os debates, portanto, há tensões em torno de como fortalecer e aprofundar o processo de mudança. Aí surgem olhares diferentes. Já não é o momento de grande ascensão. Como toda onda, é o momento da ação coletiva. **Então, eu vejo que a maior tensão é entre setores que buscam um uso corporativo do excedente econômico, contra aqueles que buscam um uso geral do excedente. Vimos isso (...) com os indígenas das terras baixas e das terras altas. Os indígenas das terras baixas são poucos, cerca de 3% da população. Os indígenas das terras altas chegam a 60% da população. Todas as terras fiscais, todas, que desapropriamos dos fazendeiros, estão em terras baixas. Os das terras altas dizem “eu também sou indígena, eu também sou**

¹⁵⁶Municipios en Bolivia expulsan la USAID por desestabilización <http://www.aporrea.org/internacionales/n160864.html> Acesso em: 10/12/2010 Grifo Meu

¹⁵⁷Gudynas, Eduardo “El nuevo extractivismo del siglo 21: Diez tesis urgentes sobre el extractivismo bajo el progresismo sudamericano actual”.

¹⁵⁸Ibid., idem.

boliviano, eu também tenho direito a que o Estado me dê terra, caso necessito”. Essa é uma disputa. A partir de um olhar geral, a terra do Estado deve ser para todos. Primeira tensão, que levou a um debate criativo no setor indígena e se restabeleceu a unidade, mas houve um debate entre o uso geral e o uso corporativo”¹⁵⁹

A contribuição de Linera grifada acima, portanto, é mais sutil a compreensão de que os conflitos em torno dos usos e benefícios dos recursos naturais e das terras no país não se desenvolvem necessariamente nos mesmos termos da conflitividade existente entre o governo central e as oligarquias da Meia Lua, em que a influência externa da USAID era preponderante. Fica a expectativa de que como, com o avanço nos próximos anos do modelo de GPIs na região amazônica da Bolívia, irá proceder ao governo do primeiro presidente indígena do país frente às contradições internas em seu bloco de poder diante das demandas emergentes de conflitos socioambientais e suas expressões regionalistas.

Essa di-visão permeia as forças sociais em diversos países latino-americanos. Enquanto o olhar de gerações de militantes e organizações progressistas se construiu em torno da disputa entre capital e trabalho e/ou espaço nacional e capital internacional pela apropriação dos excedentes gerados pela reprodução expandida do desenvolvimento capitalista, a crítica aos efeitos perversos da espoliação e acumulação primitiva que toca diretamente na problemática dos conflitos socioambientais, atravessa caminhos e percalços muito mais complexos.

Espera-se que esse capítulo tenha contribuído com alguns elementos necessários para refletirmos sobre essa relação inconclusa e como ela está mediada por políticas produção do espaço no capitalismo e processos de diferenciação geográfica que não poderão ser negligenciados para a compreensão da integração entre os países da América do Sul.

¹⁵⁹<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/1716-entrevista-alvaro-garcia-linera> Acesso 10/12/2010 Grifo Meu